

Estatizar será o caos

Repetir, no Brasil, o que faliu no mundo todo seria, no mínimo, um ato de evidente má-fé (Pag. 20).

Recado aos Constituintes

O Correio procurará mostrar, neste caderno especial, o perigo que representa, para a nossa população, a aprovação do capítulo da saúde, do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização. Nitidamente estatizante, ele não leva em conta duas realidades: a nacional e a universal. E, por isso, torna-se mais do que uma aberração: um aleijão.

A realidade nacional é gritante, quando se sabe que 80% do atendimento hospitalar do Brasil é feito pela livre iniciativa médica; que os custos de um leito hospitalar estatal são seis vezes mais caros do que os particulares; que a permanência média de um doente, em hospital particular, é de cerca de 4,5 dias e em hospital público 25 dias; que o número ideal de funcionários/leito, na livre iniciativa, medeia entre 1,8 a 2,2 funcionários; que no Hospital do Servidor Público do Rio, que já foi modelar, esse número é de 12,8 funcionários/leito, dos quais 2,8 são médicos; que a medicina de grupo brasileira faz cerca de 4,8 consultas individuais/ano, enquanto o Inamps faz 1,8!.

A Comissão de Sistematização parece, também, não levar em conta a realidade universal. Se o fizesse, saberia que a assistência à saúde estatal está falida, não só na União Soviética e seus países satélites, mas também no até bem pouco tido como modelo de medicina governamental, a Grã-Bretanha.

Os detalhes dessa realidade os leitores saberão no decorrer da leitura deste caderno. Bem como o que pretende, por exemplo, a ala esquerdizante da Constituinte, como se comporta a assistência médico-hospitalar em outros países, o que é, como funciona e com quais resultados atua a medicina de grupo, segmento da área da saúde no qual nos deteremos mais especificamente, dada sua importância para os 13 milhões de brasilei-

ros, sob seus cuidados, e para os cofres públicos.

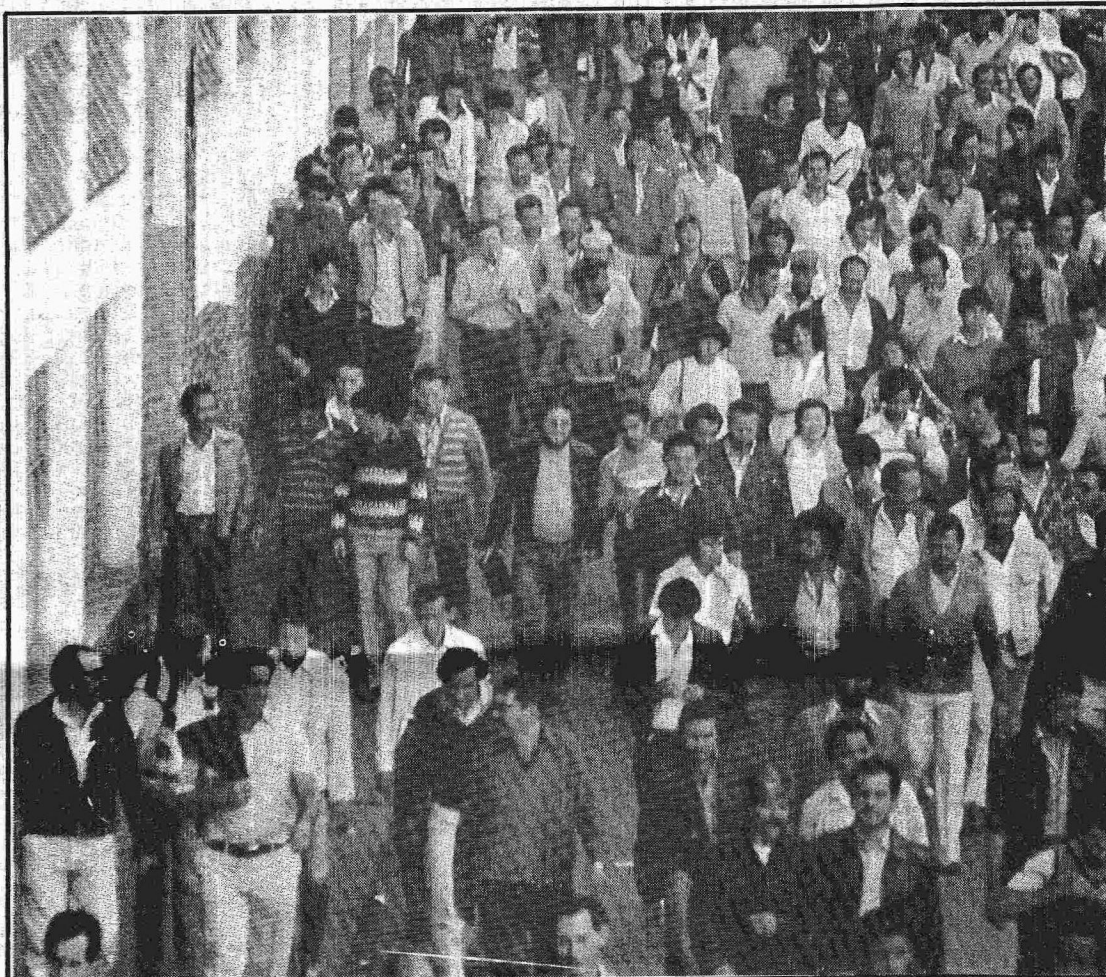
A posição de renomados médicos também será conhecida. O mesmo ocorrendo com o pensamento de líderes sindicais de trabalhadores e de entidades patronais, colhido nas páginas do mensário *Medicina Social*, órgão da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge) que, de longa data, vem mostrando os malefícios da estatização da área.

Em artigos especiais, o leitor saberá o que pensam os jornalistas Mauro C. Mello, do jornal *O Estado de S. Paulo*, e Marilu Cabanas, da *Rádio Bandeirantes*, de São Paulo. Incluímos nesse rol trechos de artigos do jornalista Lenildo Tabosa Pessoa, também do *Estado de S. Paulo*, que visitou Cuba recentemente, e do prof. Ib Teixeira, da revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas.

O caderno especial dá ênfase à Medicina de Grupo por se tratar de importante segmento da área da saúde, que representa bem a livre iniciativa e mostra o que ela pode fazer, pela população brasileira, graças a um bom gerenciamento, reinvestimentos permanentes e respeito pela população que atende.

Matérias especiais mostram como funcionam alguns grupos médicos brasileiros que se constituem numa pequena, porém mais do que fiel, amostra das mais de 300 empresas médicas que atuam no País, em quase todas as cidades com mais de 40 mil habitantes.

Editando este documento, estamos conscientes de prestar um relevante serviço à Nação e ao povo. E, mais do que isso, de estar suprimindo os constituintes realmente democratas e bem intencionados, de preciosos e imprescindíveis subsídios para que avaliem sua responsabilidade, antes de apertarem os botões do painel eletrônico do Congresso, nele registrando seus votos.



O povo será o mais prejudicado, caso a saúde seja estatizada. Perderá o direito à livre opção

Os ministros também opinam



Borges da Silveira

Os ministros Borges da Silveira, da Saúde, e Almir Pazzianotto, do Trabalho, falam da Constituinte. Borges da Silveira lembra que a medicina de grupo ocupa importante espaço no sistema de saúde brasileiro e Pazzianotto de sua importância para os trabalhadores do País. na página 7.



Almir Pazzianotto

Estatização: o caos total



Saiba o que corre rá com você, se a saúde for estatizada como quer o anteprojeto da Comissão de Sistematização da Constituinte. E confira o que pensam disso algumas das maiores personalidades médicas do País e líderes trabalhadores e patronais.

Se o texto constitucional aprovado pela Comissão de Sistematização for mantido, haverá, na prática, a estatização dos serviços médicos no País. O que nós reivindicamos é uma Constituição realista, e não ideológica ou política, que atenda aos interesses de uma minoria.

As considerações são do presidente da Associação Médica Brasileira, Antonio Celso Nassif, após encontro que teve, em Brasília, com vários parlamentares, na tentativa de convencê-los a alterar o texto do projeto.

Segundo Nassif, em declarações feitas à imprensa na ocasião, o texto da Sistematização é "sutil e ardiloso", pois permite a participação da livre iniciativa na área da saúde, mas impõe uma série de exigências às empresas.

LIQUIDA AS EMPRESAS

"Na prática, sentenciou Nassif, essas exigências impedem a existência da livre iniciativa no setor, estatizando a saúde. Manter a Carta aprovada pela Sistematização seria liquidar com todas as empresas privadas do setor de saúde do País".

Falando sobre a criação de um sistema único de saúde, constante do parágrafo primeiro, do artigo 234 da Comissão de Sistematização, o presidente da Associação Médica Brasileira (AMB) deixou claro que "nós não somos contra a unificação, mas achamos que ela deve ficar restrita aos organismos do Estado", pois crê que, se o projeto da Sistematização for mantido, até pequenas clínicas, divididas entre três ou quatro profissionais, passarão a ser integradas ao Sistema Único de Saúde.

Para ele, manter o projeto aprovado não só sufocaria a iniciativa privada como deixaria o setor de saúde em péssimas condições de atendimento à população. "O Estado, adverte, não teria recursos financeiros permanentes para manter o setor. O resultado seria a queda violenta na qualidade dos serviços prestados e quem perderia com isso seria a população carente".

Se a unificação fosse total, o País teria de aplicar 10% a 12% do PIB no setor de saúde. Hoje, os recursos para a área médica atingem apenas a 4% do PIB.

INTERESSE DA ESQUERDA

Indo mais fundo, Antonio Celso Nassif foi categórico: "Se o texto da Sistematização for mantido, não resolveremos os problemas sérios da saúde no País. Trata-se de um projeto absolutamente irrereal, que atende aos interesses de um grupo minoritário, ideologicamente de esquerda".

Nassif não está sozinho em suas considerações. No dia 21

de outubro do ano passado, O Movimento União Em Defesa da Saúde, reuniu em Brasília, líderes trabalhadores, empresários, profissionais liberais, num ato de protesto contra a estatização da saúde.

Impossibilitado de comparecer, o professor dr. Euclides Jesus Zerbini, pioneiro em transplantes de coração no Brasil, mandou documento em que afirmava: "Estender a assistência médica estatal para toda a população brasileira é uma aventura, considerando a extensão do empreendimento. As falhas que hoje criticamos na Previdência seriam multiplicadas, se considerarmos o vulto orçamentário necessário para essa ambiciosa empresa. O Estado não tem mostrado ser um bom administrador, como demonstram as empresas estatais e os hospitais universitários, em permanentes dificuldades. Em muitos países, essas instituições estão no caminho da privatização".

"ESQUERDA ORIGINAL"

Outros oradores se fizeram ouvir pelas cerca de 400 pessoas do plenário da reunião, dentre as quais, parlamentares, educadores, representantes da classe médica e de entidades médico-hospitalares. O prof. Ricardo Veronesi, da USP, ex-secretário de Higiene e Saúde da Prefeitura de São Paulo, frisou em sua palestra, que "a esquerda brasileira é originalíssima, pois não está sintonizada nem com a esquerda internacional e nem com a socialista". Isso baseado em amargas experiências onde "tanto ela, como a direita, corruptas, levaram o País ao caos em que se encontra".

Veronesi é de opinião que o interesse pela estatização da saúde nasceu da esquerda radical que, para ele, "usou como exemplo a assistência médica de países totalitários. E ressaltou: "o atendimento em países como a China ou Cuba é bom por causa dos altos índices de recursos destinados ao setor. Neles são alocados cerca de 40% do orçamento estatal, em benefício da área, quando no Brasil esse índice é de 5%".

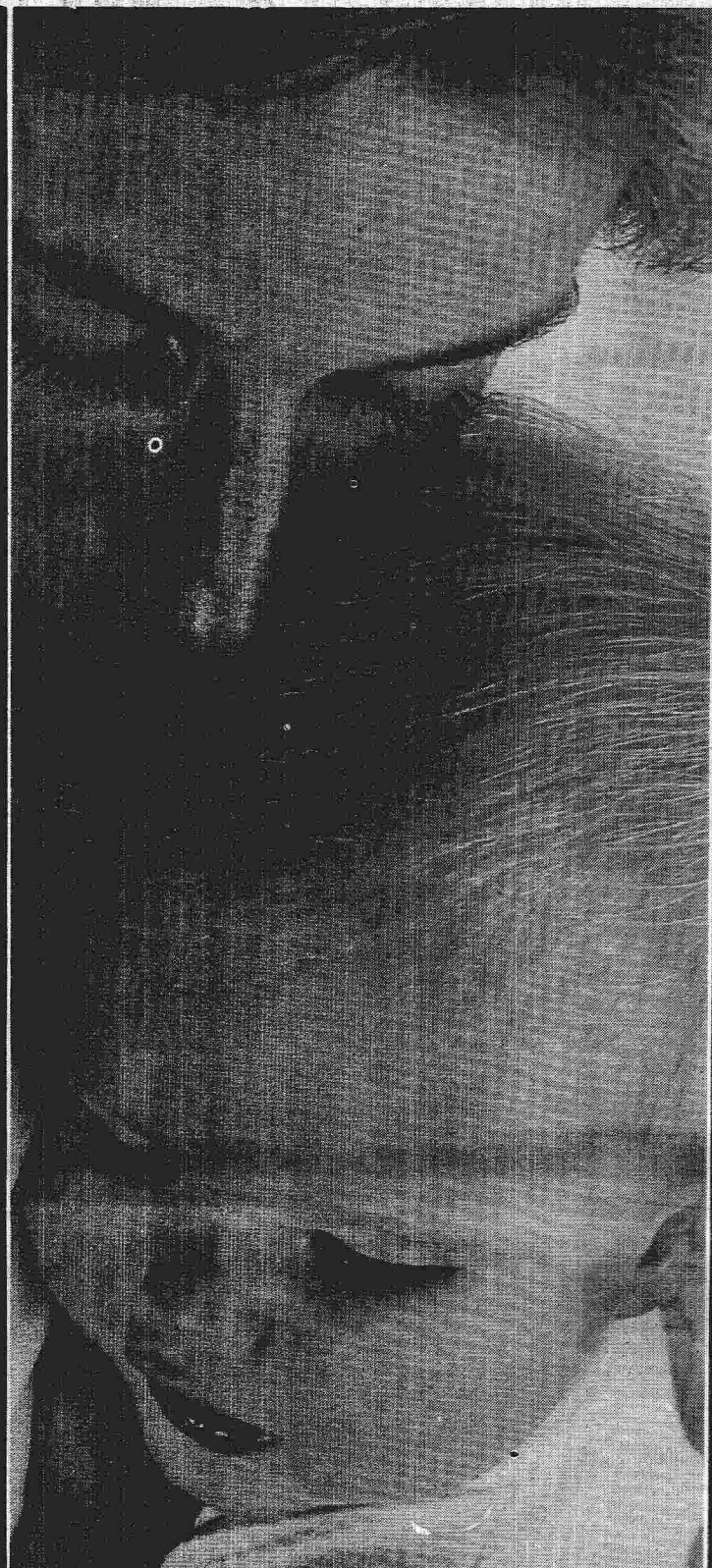
As afirmações de Veronesi foram endossadas pelos profs. José Fernandes Pontes, da USP, Cássio Rovaglia, da Academia Nacional de Medicina e Ernani Asoene, presidente do Instituto Carlos Chagas.

O empresário Renato Vilela, vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais do Rio de Janeiro, mostrou-se frontalmente contra qualquer tipo de estatização, dizendo-se preocupado "com os riscos que corre nossa liberdade".

OS MALEFÍCIOS

Os malefícios da estatização da saúde foram apontados por outros palestrantes, como Wilber Bezerra, secretário-geral da União Sindical Independente (USI) e presidente da Federação Estadual dos Empregados em Estabelecimentos da Saúde do Estado de São Paulo, seguido pelo prof. Arymar Ferreira de Barros, presidente da Confederação das Misticórdias: "o projeto simplesmente inviabiliza as instituições filantrópicas de saúde, bem como as demais".

E para esse tipo de alerta que os constituintes realmente democratas deverão estar aten-



Infância, o futuro do País. Mas uma infância saudável, feliz, tendo garantidos seus mínimos direitos. O maior deles, a saúde.

tos, nos momentos que antecedem as discussões do capítulo da Saúde. Única maneira de satisfazerem aos anseios do povo e às necessidades da Nação, redigindo uma Carta Magna que atenda não a interesses político-ideológicos de uma minoria ativa, mas sim ao todo nacional.

O capítulo Saúde merece a maior das atenções. E, por uma técnica tipicamente de esquerda, não vem sendo divulgado o necessário, na tentativa de se aprovar o texto da Comissão de Sistematização na penumbra.

Daí não ter tido a veiculação necessária nos órgãos de comunicação, o que desinforma perigosamente o povo. O que ocorre, um pouco, pela omissão dos constituintes democratas e satisfaz os interesses dos chamados "progressistas", neologistas para designar radicais de

esquerda que não têm coragem de assumir suas verdadeiras posições.

OS MEANDROS

Quem lê o Correio sabe do espaço que ocupamos em defesa da livre iniciativa na área da saúde. Enfim, trata-se de defender o direito de toda a população brasileira a qual, se aprovado o projeto da Sistematização, seria premiada com a transformação do Brasil num gigantesco Inamps.

Ninguém, em sã consciência, é contra a assistência gratuita à saúde. Mas não se trata disso, no anteprojeto, e sim de populismo, encerrando uma mentirosa preocupação do Estado-patrão proteger os pobres. Como a URSS protegeu os seus. Ela, bem como os países satélites, galopam para a privatiza-

ção da saúde, ante os fracassos dos últimos 70 anos, denunciados pelo ministro soviético da saúde, Evgeni Chazov.

Do projeto Cabral 2, este capítulo é um dos mais nocivos e perigosos aos interesses dos brasileiros. Deixar apenas nas mãos do Estado a responsabilidade exclusiva pela saúde é o maior risco que poderiam correr os habitantes de um país que já é um grande e desorganizado hospital.

Seu artigo 234 diz que "cabe ao Poder Público a regulamentação, a execução e o controle das ações de saúde" e, no seu parágrafo primeiro, engan os menos avisados: "a assistência à saúde é livre à iniciativa privada" (grifo nosso).

GARRAS AFIADAS

Na frase seguinte, aprofunda as afiadas garras estatizantes, na livre iniciativa, dizendo que ela pode participar, mas "de forma supletiva do sistema único de saúde, sob as condições estabelecidas em contrato de direito público (grifo nosso), tendo preferência as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos".

A redação da Comissão de Sistematização isenta o Estado do direito privado, que é regido pela lei comum. Ou seja, ele se torna senhor todo-poderoso de um "direito" unilateral. E isso ocorre no momento em que 80% do atendimento hospitalar é feito pela rede de hospitais privados; 40% dos exames laboratoriais e 20% das internações são feitas pelo Estado e os custos de um leito hospitalar são seis vezes mais altos do que os de um hospital privado.

Com o monopólio estatal, caminharíamos para a maior e mais desastrosa falência já registrada no País. Qual o volume de impostos necessários para obter recursos, a fim de pagar as desapropriações? Ou a livre iniciativa seria vítima de mais um estelionato governamental?

E, mesmo garantindo-se que com o aumento da carga tributária tudo se resolveria, quem garante que os novos recursos teriam destinação certa? Não iriam tapar rombos de estatais, como já ocorreu com dinheiro da Previdência? Saciaria a sede de prefeituras? Permitir a ministros maiores contratações de apadrinhados?

E O CIDADÃO?

E o cidadão, esse escorçado pagador de impostos, taxas, compulsórios, como fica? Com o direito de livre opção cassado, por uma Nova República dita condutora do processo de transição democrática?

Fatos como os presentes — impossibilidade do Estado arcar com toda a responsabilidade de assistência à saúde e do cidadão comum arcar com os custos da medicina liberal — é que levaram os médicos norte-americanos a sensatamente criar, a partir de 1929, a chamada medicina de grupo (os populares convênios médicos). O novo sistema possibilitou a divisão de despesas de custeio, o desenvolvimento da pesquisa médica, o permanente reequipamento de hospitais e outras unidades e, ao mesmo tempo, a prestação de serviços médico-hospitalares de alta qualidade, a baixo custo. Exemplo que está presente e vivo no Brasil, mas que a Comissão de Sistematização teimou em ignorar, por motivos óbvios.